



***A POTÊNCIA DO CONCEITO DE SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO
PARA PENSAR AS VIVÊNCIAS TRAVESTIS NA ESCOLA: REFLEXÕES
INICIAIS***

***EL PODER DEL CONCEPTO DE SUFRIMIENTO ÉTICO-POLÍTICO
PARA PENSAR LAS EXPERIENCIAS DE TRAVESTIS EN LA ESCUELA:
REFLEXIONES INICIALES***

***THE POWER OF THE CONCEPT OF ETHICAL-POLITICAL
SUFFERING TO THINK ABOUT TRANVESTITES EXPERIENCES AT
SCHOOL: INITIAL REFLECTIONS***

Guilherme José Parisi Dias¹

RESUMO

Partindo do pressuposto epistemológico de que subjetividade e objetividade constituem-se dialética e concomitantemente, este artigo teórico objetivou apropriar-se do conceito de sofrimento ético-político, criado pela teórica da psicologia social brasileira Bader Sawaia, para refletir sobre as vivências travestis no âmbito escolar. As travestis, consideradas seres dissidentes por excelência, são interpeladas no processo educativo por uma série de violências institucionais (embebidas, muitas vezes, por discursos de ódio), que se expressam na dimensão subjetiva como sofrimento e adoecimento. Assim, acreditamos ser potente qualificar de ético-político o sofrimento sentido pelas travestis nesta realidade, já que ele permite compreender tal fenômeno de modo amplo, indicando que o sofrimento é singular, mas também social, histórico e articulado às injustiças sociais. Concluindo, acreditamos que, embora muitas vezes necessitem se assujeitar às normas impostas e sofram com isso, várias travestis conseguem elaborar estratégias de resistência, seja através do fortalecimento coletivo, seja pela própria estética emancipada da travestilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Travestis. Escola. Sofrimento ético-político.

¹ Faculdade Venda Nova do Imigrante/Pós-graduando em Sexualidade Humana.

RESUMEN

Partiendo del supuesto epistemológico de que subjetividad y objetividad son dialéctica y concomitante, este artículo teórico tuvo como objetivo apropiarse del concepto de sufrimiento ético-político, creado por el teórico brasileño de la psicología social Bader Sawaia, para reflexionar sobre las experiencias travestis en el ámbito escolar. Los travestis, considerados seres disidentes por excelencia, son desafiados en el proceso educativo por una serie de violencias institucionales (incrustadas, a menudo, en el discurso del odio), que se expresan en la dimensión subjetiva como sufrimiento y enfermedad. Así, creemos que el sufrimiento que sienten los travestis en esta realidad es poderoso para calificar como ético-político, ya que permite una comprensión amplia de este fenómeno, indicando que el sufrimiento es único, pero también social, histórico y vinculado a las injusticias sociales. En conclusión, creemos que, aunque muchas veces necesitan someterse a normas impuestas y sufrirlas, varias travestis logran desarrollar estrategias de resistencia, ya sea a través del fortalecimiento colectivo o mediante la estética emancipada de la travestis.

PALABRAS-CLAVE: Travestis. Colegio. Sufrimiento ético-político.

ABSTRACT

Based on the epistemological assumption that subjectivity and objectivity are dialectically and concomitantly, this theoretical article aimed to appropriate the concept of ethical-political suffering, created by the Brazilian social psychology theorist Bader Sawaia, to reflect on transvestite experiences in the school environment. Transvestites, considered dissident beings par excellence, are challenged in the educational process by a series of institutional violence (imbued often with hate speeches), which are expressed in the subjective dimension as suffering and illness. Thus, we believe that the suffering felt by transvestites in this reality is powerful to qualify as ethical-political, as it allows for a broad understanding of this phenomenon, indicating that suffering is unique, but also social, historical and linked to social injustices. In conclusion, we believe that, although they often need to submit to imposed norms and suffer from it, several transvestites manage to develop strategies of resistance, either through collective strengthening or through the emancipated aesthetics of transvestility.

KEYWORDS: Transvestite. School. Ethical-political suffering.

* * *

Introdução

Há na literatura brasileira uma considerável diversidade de estudos que vem se propondo, há várias décadas, compreender o fenômeno da travestilidade; partindo de diferentes perspectivas, epistemologias e metodologias, há estudos consagrados que se debruçaram sobre a relação histórica das travestis com a prostituição (BENEDETTI, 2005; DAVI, BRUNS, 2015; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2005, 2006, 2007a; 2007b; 2009; SILVA, 1993, 2007), o conflituoso acesso delas à saúde (FERREIRA *et al.* 2017;

MORAES; SILVA, 2020; MULLER; KNAUTH, 2008; SOUZA; PEREIRA, 2016), a rejeição do mercado de trabalho formal (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018; CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014; RONDAS; MACHADO, 2015), bem como sobre a hostilidade das instituições escolares para com elas (ANDRADE, 2012a, 2012b; SALES; SOUZA; PERES, 2017).

A escola é uma das instituições centrais no processo de socialização do ser humano. A entrada nela oferta às pessoas a apropriação daquilo que, em sua história, a humildade produziu e conquistou. Em seu bojo, é permeada por uma série de relações que se implicam concomitante e abarcam desde interesses políticos, econômicos e morais até a dimensão da subjetividade, processo esse sempre caracterizado pelas complexidades e diversidades próprias ao humano. Entretanto, embora nas últimas décadas essa instituição tenha se caracterizado por uma abertura institucional a vários grupos da sociedade, as relações travadas em seu âmbito muitas vezes acabam por transformar a diferença em desigualdade, como acontece com a população de travestis.

Nesse sentido, um dos pilares que sustenta esse artigo apoia-se na vasta literatura que indica o caráter das violências simbólicas e estruturais praticadas pela escola contra os corpos dissidentes (RODRIGUES, 2021), já que os discursos de ódio encontram legitimidade para se instituir nesse espaço, seja pela tradição desta instituição em ser guardiã das normas sociais rígidas, seja pela forma como a diversidade sexual e de gênero foi tratada nos últimos séculos pelas diferentes sociedades; desse modo, então, a seção "A escola, o discurso de ódio e as travestis, seres dissidentes por excelência" propõe-se a apresentar as variadas experiências travestis que são produzidas na escola por intermédio da desigualdade, demonstrando os impactos disso no cotidiano escolar e na vida das pessoas relacionadas a ele.

Concebendo este contexto como edificante da dimensão subjetiva das travestis, pretende-se, através do uso do conceito de sofrimento ético-político criado por Bader Sawaia, refletir sobre o sofrer das pessoas travestis em suas experiências excludentes vividas na escola, instituição muitas vezes embebida com discursos de ódio; acreditamos que a apropriação do conceito permita inferir que, embora se expresse na singularidade, o sofrimento é construído pela historicidade da vida social, já que o singular, o particular e o universal caminham juntos (BRAMBILLA *et al.*, 2021). Ademais, finalmente, a seção "Estratégias de resistência" pretende demonstrar que embora vivenciem os sofrimento e padecimento articulados às injustiças, nas vivências da travestilidade há também possibilidades de resistência e fortalecimento humano.

A escola, o discurso de ódio e as travestis, sujeitos dissidentes por excelência

As travestis são seres dissidentes por excelência. Elas, no processo de balizar a existencialização, produzem questionamento quanto a natureza essencial do gênero (BENTO, 2011; MISKOLCI; PELÚCIO; 2007; SALES; PROENÇA, PERES, 2016); esse movimento, compulsoriamente, desagua em desestabilização e desconstrução de categorias que normatizam corpos, identidades e subjetividades (NERY; GASPODINI, 2015; PERES, 2012; SALES; PERES, 2016). Segundo Sales e Peres (2018) “são corpos resistentes, que utilizam ferramentas inimagináveis às percepções de corporalidades binárias biologizadas, a partir de pênis e vagina, pois, os corpos travestis flutuam” [...] (p. 277).

A elaboração do feminino num corpo percebido biológico e culturalmente como masculino é a expressão máxima do caráter arbitrário, não-natural e político do gênero; se constituir e autodenominar travesti já é em si um manifesto contra as lógicas normatizadoras existentes na sociedade (BENTO, 2002; PERES, 2012), mesmo que esse processo não se constitua como um alvo claro para elas (MISKOLCI; PELÚCIO; 2007; PERES; TOLEDO, 2011).

Peres (2012) utiliza a concepção de nomadismo para pensar as travestilidades. Nesta perspectiva, as travestis se constituem através de fluxos, e coletivamente resistem às normas fixas instituídas, tais como as do falocentrismo e dos sistemas binários, inaugurando um modo próprio de ser apoiado na desestabilização. Segundo o autor, elas “se apoiam na diferença das diferenças, ou seja, a própria diferença é nômade, porque não se totaliza em uma marca identitária, mas se apresenta como fluxo” (p. 541).

Além do mais, segundo Peres e Toledo (2011), as travestis, ao proporem novas maneiras de ser e agir no mundo (muitas vezes arrojadas), caminham no sentido de questionar o hegemônico instituído; entretanto, também é importante afirmar que a estigmatização é um marco comum na vida daquelas que se configuram como dissidentes. De acordo com Sales e Peres (2018), as travestis também se constroem através da relação com os diferentes territórios geopolíticos existentes e, através de um processo contestatório, conseguem manter-se vivas; tal processo, segundo os autores, é nutrido pelos afetos, sentimentos e estilísticas, que advém delas enquanto sujeitos de si e das relações interpessoais que desenvolvem.

Partindo da noção de que os sujeitos e a sociedade são contraditórios, também é importante afirmar que, em meio a esses entrelaçamentos muitas dissidências, normatizações, reiteraões e *modus* revolucionários convivem.

A vivência da travestilidade recorta no cotidiano binário das representações de gênero um espaço de contestação (nem sempre consciente), onde, parafraseando Brah, “posições de sujeitos e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (Brah, 2006, p. 361). As travestis vivem, muitas vezes, na tensão do binarismo de gênero, recusando por ora um e exacerbando outro, para em algum momento resgatar o gênero repudiado e em outro criticar aquele desejado. Isso porque suas vivências pessoais, como as da maior parte das pessoas, são informadas por discursos e práticas sociais que constroem verdades sobre como devem ser os homens e como precisam ser as mulheres, e o que significa ser um ou outro (e nunca um e outro) (PELÚCIO, 2011, p. 80).

Assim, é importante, como sugerem Miskolci e Pelúcio (2007), não partirmos de uma concepção voluntarista de sujeito aos refletirmos sobre a travestilidade; isto é, embora as travestis sejam revolucionárias em muitos aspectos, a mudança de paradigma se dá no campo do coletivo, e não advinda de uma força motriz individual, ou seja, não se pode cobrar delas uma postura individualizada emancipatória, já que elas convivem com os referenciais que a sociedade rígida e binária possui.

A título de exemplificação, cabe aqui dizer que as travestis, algumas vezes, pautam-se em códigos que caminham no sentido de perpetuar o instituído; segundo Kulick (1998) *apud* Miskolci e Pelúcio (2007), elas elaboram um “construtivismo essencialista” (p. 263) ao legitimarem, em alguns casos, uma visão rígida e binária de mundo, reiterando noções e práticas que muitas vezes as patologizam e as colocam no rol das marginalidades (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007); um exemplo potente desta última afirmação é dado por Garcia (2007, 2008), Kulick e Klein (2010) e Pelúcio (2011), quando versam sobre a estratégia do escândalo.

A estratégia do escândalo é usada, por algumas travestis, no mundo da prostituição, com o objetivo de forçar seus clientes quando estes não cumprem os acordos estabelecidos; o recurso do escândalo se pauta em “envergonhar” o cliente que se relaciona com uma travesti, tentando deslegitimá-lo como um “homem de verdade”. Desse modo, se o cliente se recusa a pagar a quantia desejada ou não age como o esperado, a profissional monta um cerco que objetiva informar à comunidade circundante que tal homem se relaciona com um sujeito travesti. Aos gritos, elas fazem ecoar “veado”, “maricona” frente ao cliente e às pessoas que os circundam (KULICK;

KLEIN, 2010); assim, o objetivo é jogar o cliente no rol das homossexualidades e, portanto, no campo do que é “desviante” (PELÚCIO, 2011).

Esses acionamentos se utilizam da abjeção que se materializa sobre tais corpos, porém se apropriam de uma conceituação – nesse caso, de abjeto – que não é uma criação simbólica do grupo sobre si mesmo, mas antes de tudo o olhar da sociedade sobre esse grupo, em que, segundo Garcia (2008), “há a manipulação da própria identidade deteriorada” (p. 246). Nessa lógica, podemos dizer que as travestis, ao apropriarem-se dessas noções, aceitam e reiteram um estigma que carregam para atingir seus objetivos. Para Pelúcio (2011), além de ser um modo de resistência, esse recurso é uma estratégia em que as [...] “travestis usam o seu poder de ‘contaminação’ para implicar o “bom cidadão” supostamente ‘de bem’, ‘limpo’, ‘ másculo’” (p. 80).

Dada esta contextualização sobre os aspectos dissidentes das existências travestis, cabe a nós agora trilhar outros rumos, que, por sua vez, se relacionam direta ou indiretamente com as realidades expostas anteriormente. É importante mencionar, assim, que, como salientam Peres e Toledo (2011), os dissidentes da heteronormatividade são alvo de diversas instituições, como a escola, que por meio de ações de regulação impõem sua força, agindo no sentido de instituir suas normas sociais cristalizadas, tendo impacto não apenas na instituição como um todo, mas também no subjetivo das pessoas.

De acordo com Pereira e Sierra (2020), grupos religiosos e ultraconservadores têm travado, nós últimos tempos, várias batalhas contra os movimentos da luta por direitos da população LGBT; embebidos por discursos de ódio e disseminando notícias falsas, tais grupos adentraram com suas noções violentas à escola, cerceando a liberdade de cátedra e as estratégias dos estudos de gênero por uma sociedade mais equitativa.

No momento em que vivenciamos uma espécie de “normalização” dos discursos de ódio sob a égide da liberdade de expressão, insistimos que, tanto a disputa pelas palavras, quanto pela subjetivação, tem muito a nos dizer sobre a forma de controle dos corpos e dos prazeres dos sujeitos da diversidade que se pretende. Embora haja um retrocesso histórico no que diz respeito à educação para os gêneros e as sexualidades, como o próprio apagamento das discussões sobre gênero e diversidade sexual nos documentos educacionais, além das tentativas de torná-las ilegais, bem como de punir docentes que intentem abarcá-las nos espaços escolares, argumentamos que esse embate não se situa apenas no nível de políticas públicas que se consideravam asseguradas, mas de uma certa promoção das vidas que merecem ser vividas. Nessa percepção, as investidas ultraconservadoras atuam não só aprofundando a precariedade a que esses sujeitos estão submetidos, mas na decisão daquilo que conta

como “vivível” e “não vivível”, dificultando o reconhecimento de sujeitos ou grupos específicos que, por isso, estão mais vulneráveis à negligência, à violência e ao extermínio (BUTLER, 2018) (PEREIRA; SIERRA, 2020, p. 51).

Apoiada em Foucault, Andrade (2019) versa sobre o fato da escola, assim como a família, ser uma instituição disciplinar, estruturada de modo a permitir ao poder se exercer. A autora, que é travesti e neste trabalho faz amarrações entre sua experiência de vida e referências teóricas, exemplifica que uma vez em sua trajetória escolar, após ser agredida por um colega, levou o acontecido até a professora, que culpabilizou a vítima pela violência sofrida; tal situação indica, por sua vez, que os vários personagens que integram a comunidade escolar utilizam de artimanhas para defender a "ordem" e rechaçar aqueles que são dissidentes dela. Segundo Andrade (2012a), embora o tempo tenha evoluído, as escolas são herdeiras de uma lógica rigorosa que enxerga os alunos com uma fixidez identitária. A despeito dos valores do corpo profissional, segundo a autora, as instituições escolares são organizadas disciplinarmente de maneira parecida, objetivando a criação de uma lógica que coloca os sujeitos nos lugares que ‘devem’ ocupar, para que assim haja eficiência. Portanto, nesses locais de relação, “o objetivo é mapear o espaço e criar regras de funcionamento, mas a intenção não é só vigiar, não é só ‘romper as comunicações perigosas’, é ‘criar um espaço útil’ que seja eficaz e eficiente” (p. 140).

Além do mais, os vários discursos em torno da educação são contraditórios, havendo grande disparidade entre o que há na lei e o que realmente acontece na prática cotidiana; embora a Constituição Federal coloque a Educação como um direito amplo e fundamental às pessoas, no dia a dia escolar várias identidades são impedidas de se expressar e existir com tranquilidade (ANDRADE, 2019). Como corroboram Sales e Peres (2018), há nessa instituição normas que regulam o que pode ser considerado alocado dentro do esperado e conseqüentemente negam a legitimidade da expressão das travestilidades, já que essa se configura enquanto algo fora dos enquadres fixos.

O saber médico, como afirma Bento (2011), tem amplas ressonâncias sobre o fazer escolar, já que tem legitimidade institucional para expor a “normalidade” do mundo, processo que institui a verdade e responde aos interesses das instituições em funcionar de tal maneira que cumpram seus objetivos, principalmente o de assujeitamento. Nesse sentido, o processo de patologização da transexualidade, que tem impactos significativos sobre a travestilidade, pauta-se em uma concepção que alinha as identidades à doença. A Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID), por

exemplo, em sua décima versão ainda considera o "transexualismo" (o sufixo ismo não é mais usado pelos estudos recentes, já que denota doença, concepção abandonada principalmente pelas ciências humanas), um transtorno permanente, desconsiderando fatores históricos e políticos na construção do manual (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2016). Ainda segundo Natal-neto, Macedo e Bicalho (2016), como as identidades trans não se cristalizam no binarismo homem ou mulher, as ciências médicas produzem uma variedade de "correções", que vão desde cirurgias a terapias psicológicas; assim, o resultado é uma malha de saberes que muitas vezes não consideram o desejo das próprias pessoas sobre suas existências, cabendo à opinião médico-curativa dita "neutra", que patologiza e oferece tratamento, a tomada de decisões.

De acordo com Bento (2011), a escola tem a incapacidade de lidar com a pluralidade da existência humana, sendo uma instituição potente na edificação de sujeitos abjetos, como as travestis, através de mecanismos de reiteração da heteronormatividade. Entretanto, as sexualidades ditas "normais" são construídas por uma engenharia social complexa, que é colocada em prática por mecanismos mais amplos que aqueles existentes no âmbito escolar (como o discurso médico), mas que encontram neste último facilidade para disseminação e reprodução (BENTO, 2011). De modo bastante sutil, a escola se apropria de valores que são externos a si, como os citados anteriormente, de modo a perpetuá-los e naturalizá-los, influenciando nos relacionamentos; assim [...] “com tantas distinções nas regras, maneiras de se comportar e espaços para ocupar, não é de se espantar que as crianças e os adolescentes internalizem as “regras do jogo” escolar e passem a punir os que não as cumprem” [...] (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2016, p. 83).

De acordo com Nery e Gaspodini (2015), as criações discursivas travadas no âmbito da educação recebem influências [...] “dos saberes médico, jurídico e cristão” (p. 65). Assim, operam de modo a impor, de modo reificado, uma série de normas heteroterroristas, que são responsáveis pela expulsão (direta e indireta) de travestis e transgêneros das vivências escolares. Segundo Bento (2011), é errôneo falar em evasão escolar quando se trata da saída (ou da não entrada) das identidades não-hegemônicas do ambiente escolar, já que ela é utilizada como um discurso invisibilizante. Para a autora, a intolerância para com os corpos dissidentes é uma das causas do processo de expulsão; assim, a ideia da evasão não se sustenta. Em sua pesquisa, Bento (2011) ainda mostrou que muitos da comunidade escolar encaram com naturalidade a expulsão

desses corpos do ambiente escolar, não promovendo nenhuma mudança de postura ou discussão acerca da sexualidade e desigualdade.

Segundo Café e Coroa (2020), no discurso da escola o corpo é expropriado, ficando em segundo plano, dando à cognição a centralidade da experiência humana; segundo os autores, tais concepções acabam por naturalizar os ideais criados sobre os corpos legítimos, desaguando na negação de corpos específicos, como o das pessoas transgêneras.

As imposições referidas anteriormente se dão de múltiplas maneiras, existindo de formas diretas e indiretas, a exemplo do próprio currículo que impõe uma visão de mundo naturalizada e apoiada na hipotética heterossexualidade universal do mundo, se materializando nos materiais escolares hegemonicamente. Além disso, pode-se exemplificar a arquitetura escolar, que constrói a escola de modo muitas vezes apartado do seu exterior, auxiliando também na diferenciação entre ordem *versus* desordem, dentre outros infinitos exemplos, como os dicionários, que não dão conta nem mesmo de definir o que é transgeneridade, fator que contribui para o silêncio que ronda as subjetividades e intersubjetividades atravessadas por ela (NERY; GASPODINI, 2015).

São vários os relatos de violências perpetradas que podem ser utilizados para ilustrar tal realidade; depoentes do trabalho de Torres e Vieira (2015), por exemplo, contaram que abandonaram a escola pela vigilância que esta última tinha com relação às roupas possíveis para cada gênero, cerceando o desejo de alunos de vestirem-se com indumentária feminina, e também abandono escolar após a escola convocar os pais a discutirem sobre o "modo inadequado", isto é, feminino, de um aluno (situação essa que culminou na expulsão familiar dessa pessoa).

Outros exemplos podem ser dados sobre as formas com que a arquitetura (que é não apenas feita de concreto, mas simbólica) da escola impõe suas concepções e valores (TORRES; VIEIRA, 2015); assim como no restante dos espaços públicos, o banheiro na escola serve como um guardião das normas e é um espaço que gera pensamentos ambíguos sobre quem são os humanos legítimos a usá-lo (CAFÉ; COROA, 2020; NERY; GASPODINI, 2015).

Andrade (2012a) salienta que na escola há o panóptico, que tem como função o controle, e o antipanóptico, que tem a resistência como possibilidade; para a autora, o banheiro é um lugar antipanóptico, pois neste espaço os alunos fazem o que desejam longe do olhar do corpo profissional da escola. Por ser histórico, este ambiente carrega valores da cultura, como os higienistas, além de paradigmas pedagógicos, como aqueles

que ensinam às pessoas o controle de suas necessidades, a busca para satisfazê-las e até mesmo a forma como se comportar (por exemplo: urinar em pé ou sentado no vaso sanitário, de acordo com a concepção de gênero). Por ser um ambiente em que a genitália se encontra à mostra, divide-se binariamente os espaços com o objetivo de prevenir práticas sexuais distante dos olhares controladores, por exemplo (ANDRADE, 2012a).

Em pesquisa realizada com três escolas diferentes, que contou com a participação de alunos, professores e gestores, Andrade (2012a) constatou que a maioria das pessoas atuantes nas três escolas acreditavam que o banheiro mais adequado para as travestis usarem era o masculino, afirmando, de modo heteronormativo, o pênis como elemento importante para essa visão, além da ideia naturalista do sexo biológico.

Essa “oposição binária” entre o permitido e o proibido, entre o normal e o anormal, entre o bem e o mal, entre o certo e o errado é uma convenção social, é uma construção material e discursiva, é algo que mexe com a estrutura (física e psicológica) da escola. Não quer dizer que a escola seja, literalmente, uma jaula de zoológico ou uma prisão. A escola é mais do que isso e tem um pouco disso, a escola não é um acampamento militar, não é um acampamento médico, mas carrega um pouco de cada um. A escola não é uma prisão, mas assim como a prisão ela é feita com base em um conjunto de regras; ela é disciplinar e antidisciplinar, ela guarda em si o panóptico, que tenta controlar, e o antipanóptico, que tenta resistir, principalmente nos espaços onde o olhar panóptico tem dificuldade de chegar como o banheiro (ANDRADE, 2012a, p. 147).

A pesquisa de Andrade (2012a) revela ainda que há muitas controvérsias advindas das opiniões (na maioria das vezes, nutridas por explicações simplistas) das pessoas sobre qual o banheiro adequado às travestis; ora os atributos femininos das travestis são usados no discurso, indicando-as como inadequadas para usarem o banheiro masculino, pois poderiam criar mal estar com os homens. Ora os atributos masculinos são citados como motivos para as impedirem de usar o banheiro feminino, alegando-se que poderiam constranger as mulheres. Ou seja, as diferentes personagens em cada contexto recortam características específicas para tentar deslegitimar qualquer que seja a opção, desconsiderando a possibilidade de fazer a pergunta às travestis, de modo a conhecer em que banheiro subjetivamente elas se sentem melhores. Há relatos, segundo Nery e Gaspodini (2015), de pessoas transgêneras que ficam horas sem fazer uso desse espaço, com receio das reações que podem advir daí. Segundo Torres e Vieira

(2015), até mesmo entre as travestis por eles pesquisadas que se sentiam aceitas pela comunidade escolar, o uso do banheiro era problemático.

A forma como as pessoas transgêneras são chamadas pelo nome na escola configura outra experiência negativa bastante relatada por essa população (CAFÉ; COROA, 2020; CARMO; FUMES; LIRA, 2021; LIMA, 2010; LIMA, 2013; NATALNETO; MACEDO; BICALHO, 2016). Tais experiências são violadoras e atingem fortemente o subjetivo destas pessoas, já que, como afirma Ciampa (1984), o nome é uma das primeiras manifestações da identidade do ser humano. Várias participantes do trabalho de Torres e Vieira (2015) apontam a chamada feita em sala de aula como um momento bastante aversivo na convivência dentro desse espaço, sendo referida como o início da humilhação sofrida.

Em 21 de novembro de 2011, foi publicada pelo MEC, a Portaria nº. 16125, reafirmando o compromisso do Ministério de desenvolver, em suas unidades, o tratamento das questões de educação em direitos humanos, assegurando às pessoas trans e/ou não binárias o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos do MEC. Entretanto, essas normas raramente são cumpridas, fazendo com que muitos/as deixem de estudar pelo constrangimento e agressões que sofrem, como as situações que vêm acontecendo nos últimos anos em relação ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). (NERY; GASPODINI, 2015, p. 69).

Embora no dia a dia escolar essas questões ainda mobilizem muitas disputas e desigualdades, segundo Torres e Vieira (2015) desde 2015 legalmente se [...] “estabeleceu o uso do nome social, do banheiro e das vestimentas à (*sic*) critério da auto identificação de gênero, nas instituições de ensino” [...] (p. 46). Entretanto, as decisões legais supracitadas, embora representem avanços nessas esferas, são relativamente recentes e, talvez, não tenham tido o tempo necessário para produzir mudanças concretas nas vivências cotidianas das travestis na escola, o que pode ser indicado pela literatura dos anos subsequentes utilizadas por nós anteriormente. Ademais, é importante frisar que esta não é a única e mais potente estratégia que poderia ser utilizada para permitir às travestis uma convivência menos desigual neste contexto; ações como formação continuada de profissionais, discussões sobre diversidade sexual e de gênero, entre outras coisas, são processos importantes de mudança.

Sofrimento ético-político

Os moldes do sistema educativo constituem-se perpassados pelo exercício da violência simbólica, já que compreendem a si mesmos como universais; esta constatação se evidencia, certamente, quando o ser humano que experimenta essa vivência carrega as marcas da travestilidade em si (BARRETO *et al.*, 2018; CAFÉ; COROA, 2020; PERES, 2009; RODRIGUES, 2021; SOUZA *et al.*, 2015). A dimensão subjetiva deste processo, por sua vez, se organiza de modo articulado a esta realidade, visto que sua constituição é dada no bojo da escola enquanto instituição social e coletiva (AGUIAR, 2012).

Partindo deste pressuposto epistemológico de que subjetividade e objetividade se constituem concomitante e dialeticamente (AGUIAR, 2012; BOCK, 2002; BRAMBILLA *et al.*, 2021), nos apropriamos do conceito de sofrimento ético-político, advindo da Psicologia Social Brasileira e cunhado pela professora Bader Sawaia, para pensarmos a condição travesti atravessada pela complexidade da realidade escolar; esta escolha se deu, pois, acreditamos na potência e compromisso que o conceito carrega.

Segundo Bertini (2014), o conceito de sofrimento ético-político, criado por Bader Sawaia, foi divulgado a primeira vez no livro *As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (1999), organizado pela própria pesquisadora. A criação do conceito ilustra um movimento coletivo da Psicologia Social Brasileira na tentativa de romper com concepções individualizantes, psicologizantes e, portanto, reducionistas que vigoravam (e muitas vezes ainda vigoram) na tradição das Ciências, incluindo a Psicologia. Assim, “buscava propor às Ciências Humanas e à Psicologia Social uma reflexão evitando que o pesquisador perdesse o ser humano em categorias generalistas” (BERTINI, 2014, p. 61).

Sawaia (2006) faz questão de deixar nítido que sua postura epistemológica adota eletivamente a afetividade objetivando debruçar-se sobre dimensões, como esta última, que historicamente foram renegadas pelas Ciências Humanas, sob o ataque de que seriam obscurecedoras e pertencentes ao campo da desordem. Assim, a autora, que trabalha com a Dialética Exclusão/Inclusão e concebeu o conceito de sofrimento ético-político para analisá-la, objetiva encontrar o sujeito que muitas vezes é negado por concepções generalistas usadas pelas Ciências. Nesse sentido, então, Sawaia (2006) defende uma mudança de perspectiva, como a própria autora faz, utilizando-se a afetividade para compreender a exclusão social.

O conceito de sofrimento ético-político permite pensar que o sofrimento vai muito além daquilo que é meramente psíquico, e traz à baila, nos estudos da exclusão

social, a noção de humanidade. Um dos vários exemplos possíveis do sofrimento ético-político é o fenômeno denominado "banzo"; este último é o nome dado à morte do negro escravo brasileiro por uma doença que não tinha explicação. Ele indica, assim, que a morte biológica sofre influências do sofrimento psicossocial e é indicativo de uma organização social que solapa a humanidade de sujeitos específicos, através da humilhação. (SAWAIA, 2006).

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 2006, p. 105).

Segundo Rodrigues (2021) e Dias e Arruda (2021), a escola é uma dentre as várias instituições que se caracteriza pela oferta reiterada de violências simbólicas e estruturais às vivências travestis; de acordo com Martins e Lacerda Jr. (2014), a sociedade capitalista é um solo fértil deste tipo de violência, já que é “estruturalmente injusta” (p. 579). Ainda segundo Dias e Arruda (2021), as travestis vivenciam o sofrimento ético-político, que é "a dor mediada pelas injustiças sociais" (SAWAIA, 2006, 102).

As travestis não experienciam um sofrimento similar ao de outros atores sociais, elas experimentam o sofrimento que o ser travesti, nas condições concretas de vida – marginalização, estigmatização, violências – encerra. O gênero, que no caso delas é vivido de modo ambíguo e produtor de questionamentos, é um importante marcador social que dita o tom desse sofrer (DIAS; ARRUDA, 2021, p. 192).

Segundo Zucchi *et al.* (2019), há evidências científicas claras sobre os problemas de saúde mental vivenciados pelas pessoas transgêneras, tendo como fatores determinantes principalmente questões sociais ligadas à desigualdade, seja socioeconômica, seja referente aos processos discriminatórios a que essa população é submetida constantemente. Além disso, os autores indicam que, em comparação entre a saúde mental da população cisgênera e a população LGBT+, as travestis são as personagens que apresentam os piores indicadores deste construto. Em pesquisa

transversal realizada em sete cidades do Estado de São Paulo entre 2014 e 2015, que contou com a participação de mais de 600 pessoas que se auto identificaram como transgêneras, mulheres transexuais ou travestis, Zucchi *et al.* (2019) encontraram resultados que indicam que as travestis, em comparação com as mulheres transexuais, têm suas vidas mais próximas à vulnerabilidade social, com níveis mais baixos de escolaridade, fatores esses associados a um menor bem-estar psicológico.

Como referido anteriormente, a experiência de ir ao banheiro, que deveria ser mais uma das atividades simples e corriqueiras que ocorrem no cotidiano escolar, são vivenciadas por grande parte das travestis de modo conflituoso, desesperador e produtor de sofrimentos (ANDRADE, 2012a; CAFÉ; COROA, 2020; NERY; GASPODINI, 2015), fato que demonstra a instituição escolar como permeada pela desigualdade (ANTUNES; DUQUE, 2019; LEAL *et al.*, 2017; LOURO, 1997). Segundo Sawaia (2009), a relação entre desigualdade e subjetividade é inegável, sendo que [...] por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação [...] (p. 365); assim, uma não se separa da outra, pois existem num mesmo movimento, que é articulado pela exclusão social. Nesse sentido, tal exemplificação indica a existência do sofrimento ético-político nas experiências da travestilidade, já que a ida ao banheiro compreende não apenas o desejo de excreção fisiológica, mas antes de tudo uma disputa social, em que as travestis têm muitas vezes negadas as possibilidades humanas mais básicas por carregarem consigo as marcas da desigualdade que foram historicamente edificadas; o fato das pessoas cisgêneras não vivenciarem essa problemática sugere esse entendimento.

Estratégias de resistência

Embora massivamente as travestis sejam, em seus processos de existencialização, levadas a se assujeitar às normas excludentes que não as consideram humanos legítimos, muitas vezes conseguem elaborar artimanhas de resistência, que permitem a elas a criação de outras possibilidades existenciais e coletivas. Nesse sentido, Amaral (2019) versa sobre a contraditoriedade em que se funda a escola, pois esta instituição apresenta-se concomitantemente como espaço patriarcal e homofóbico, mas também como lugar fértil de possibilidades de superação destes referenciais. Para além da contraditoriedade que é característica dessa realidade, cabe também ressaltar que o ambiente escolar pode, de acordo com sua condução concreta, ser instrumento de

múltiplas possibilidades coexistentes, inclusive de coletivos sociais que atuem no sentido da apropriação das possibilidades de resistência frente ao estado das coisas, por meio de um fazer diferente e desafiador.

Segundo Peres e Toledo (2011), as mudanças possíveis com relação ao assujeitamento se dão no cotidiano, pois é neste espaço que os sujeitos dissidentes, como as travestis, vivenciam as imposições que os deslegitimam e “é por meio das relações interpessoais e da visibilidade dessas formas de existências que se estabelecem mudanças” (p. 274); para os autores, inclusive, isso se dá pois as travestis, por suas próprias performances de desconstrução, conseguem através das relações interpessoais mostrar que a estigmatização que repousa sobre suas identidades é uma construção embebida de desigualdade; entretanto, é válido afirmar que a sociedade não espera delas posicionamentos políticos que sejam capazes de dar força às travestilidades através da afirmação destas últimas enquanto sujeitos de direitos (SALES; PERES, 2018).

De acordo com Bento (2011), o discurso médico é uma poderosa artimanha que encontra legitimidade para atuar nos meandros escolares, já que se apoia em um saber que é tido como neutro; assim, o binarismo normal-anormal institui-se, ditando quem é quem dentro destes espaços e oferecendo aos anormais os caminhos para sua "cura". Entretanto, ainda de acordo com Peres e Toledo (2011), desde muito cedo as travestis elaboram estratégias de resistência frente aos desafios que terão de enfrentar por insistentemente pautarem-se numa estética da existência que balança as estruturas; embora muitas vezes signifique a expulsão de relações importantes, como as familiares e escolares, algumas delas não desistem de seguir seus anseios e apresentarem-se perante o mundo de forma autêntica.

Eles e elas denunciam a crise dos paradigmas e das referências sobre as identidades sexuais e de gêneros que se processa dentro de um registro binário, sedentário e universalista, abalando todas as certezas que insistem na efetuação de verdades absolutas e acabadas, que são impostas pela perspectiva moral essencialista/biomédica. Nesse sentido, se pensamos a travestilidade, a transexualidade e a transgeneridade como um “modo, uma estilística da existência”, podemos entendê-las não como prioridade de alguns, mas possibilidade de todos, pois todos, de alguma forma e/ou em alguns (ou muitos) momentos, produzem dissidências às normas de gênero (PERES; TOLEDO, 2011).

Natal-neto, Macedo e Bicalho (2016) indicam que embora haja a criminalização das transexualidades pelas práticas escolares, tal processo também enseja uma potência de resistência; assim, os autores indicam a importância de haver estímulos, aos vários

personagens que compõem a escola, a fim de questionar as práticas que constantemente estigmatizam as identidades trans, processo que pode levar à desconstrução de noções problemáticas.

Segundo Sales e Peres (2018), a existência concreta das travestis clama por ações que as reconheçam em sua humanidade, através de um processo societário que as veja verdadeiramente e promova compreensões nesse sentido, considerando legítimas as especificidades de suas vidas.

Considerações finais

Através das mais variadas exemplificações das maneiras como as travestis são tratadas cotidianamente no ambiente escolar, pretendeu-se indicar que a ideia de igualdade, bastante difundida nestes ambientes e na sociedade de modo geral, não se sustenta nas práticas institucionais escolares; assim, embora seja possível afirmar que de modo geral todos os seres humanos estejam sujeitos às práticas regulatórias da escola, é possível afirmar que vários marcadores sociais da diferença dispõem a realidade de tal modo que sujeitos-alvo, como as travestis, têm suas possibilidades humanas barradas, restritas e negadas, processo que ganha força e expressão nessa população não apenas coletivamente, mas principalmente na subjetividade, fazendo esta última sentir a extremada dor da desigualdade de modo profundo.

Como foi possível observar, embora os aspectos dissidentes elaborados pelas travestis sejam muitas vezes utilizados como justificativa para a sociedade as ferir e deslegitimar, as resistências por elas criadas são também uma estratégia de inaugurar um modo de ser alternativo e potente, indicando que na sociedade há disputas de legitimação e um movimento constante em que muitas vezes há perdas e ganhos concomitantes.

A apropriação do conceito de sofrimento ético-político, feita usando-se de mote as relações vivenciadas nos processos escolares, permitiu-nos indicar que o sofrimento vivenciado pelas travestis é próprio às condições de vida delas, sendo esse sofrer diferente das dores sentidas por outros seres humanos, já que se relaciona às injustiças sociais e aos marcadores sociais da diferença, como o gênero, que são vividos num contexto de exclusão social. Para nós, resgatar o caráter social dos sofrimentos, além de ser uma postura teórica e epistemológica, faz parte do compromisso assumido de transpor as barreiras individualizantes que muitas vezes reinam nas leituras da

Psicologia sobre os fenômenos e culpabilizam as pessoas pelo próprio sofrimento, como se este último tivesse força própria e fosse impertinente para o estudo dos fenômenos psicossociais.

Além do mais, pôde-se observar que as travestis, através de suas artimanhas existenciais, vão propondo através de seus modos próprios de existir, isto é, "marginais", emancipados e excêntricos, novas possibilidades humanas de convívio, galgando outras verdades, que destroem as verdades tradicionais através de seus corpos ambíguos e políticos (SALES; PERES, 2018).

Referências

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Armadilhas e alternativas nos processos educacionais e na formação de professores: uma análise na perspectiva da psicologia sócio-histórica. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny. (org.). *Diálogos em psicologia social [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 58-70.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. *Revista Direito GV [online]*, v. 14, n. 2, p. 303-333, 2018.

AMARAL, Marcos Martins do. *Dimensão Subjetiva da masculinidade: significações de homens gays sobre o papel da escola no processo de constituição da masculinidade*. 241 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 13, p. 330, 2019.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Hierarquia, disciplina e panoptismo: uma cartografia do espaço escolar. In: RODRIGUES, Alexsandro; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. (Org.). *Currículos, Gêneros e Sexualidades Experiências Misturadas e Compartilhadas*. 1ª ed. Vitória: EDUFES, 2012b. p. 47-62.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência ordem normativa*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012a.

ANTUNES, Fabricio Pupo; DUQUE, Tiago. Diferenças no ambiente escolar: experiências contemporâneas de jovens dissidentes de gênero e sexualidade nas escolas

de Mato Grosso do Sul. In: REIS, Aparecido Francisco dos; SILVA, Vivian da Veiga. (Org.). *IV Simpósio de Gênero e Sexualidade - Gêneros, Sexualidades e Conservadorismos: a Política dos Corpos, os Sujeitos e a Disputa pela Hegemonia dos Sentidos Culturais - Artigos Apresentados nos Grupos de Trabalho*. 1ª ed. Campo Grande: Life Editora, 2019. (p. 316-328).

BARRETO, Danielle Jardim *et al.* Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 42, p. 322-336, 2018.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas [online]*, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BENTO, Berenice Melo. *Cuerpo, performance y género en la experiencia transexual*. Seminario realizado en la Universidad de Barcelona. 2002. Mimeo.

BERTINI, Fatima Maria Araujo. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, Recife, vol.26, n.spe2, p.60-69, 2014.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (org.). *A Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRAMBILLA, Beatriz Borges *et al.* "A clínica entranhada": tecituras de uma clínica sócio-histórica em psicologia. In: SILVA, Anne Heracléia de Brito e; COSTA, Lucidelva Marques da; CARVALHO, Poliana de Oliveira. (org.). *Políticas e práticas de atenção social aos adoecimentos da vida contemporânea: diálogos e reflexões em pesquisas*. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2021.

CAFÉ, Leonardo da Cunha Mesquita; COROA, Maria Luiza Monteiro Sales. Transexualidade na escola: impactos e demandas dos corpos marcados pela subversão. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 235-254, 2020.

CARMO, Bruno Cleiton Macedo do; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico; LIRA, Wladimir Paes de. Direito ao uso do nome social por estudantes transgêneros em contraposição ao poder familiar. *Educação (Santa Maria)*, v. 46, p. 1-26, 2021.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin de; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de administração contemporânea*, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2014.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DAVI, Edmar Henrique Dairell; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Mundo-vida travesti: abordagem fenomenológica das travestilidades. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, vol. 23, n.3, p. 521-533, 2015.

DIAS, Guilherme José Parisi; ARRUDA, Maria Olívia Garcia. Violentas e/ou violentadas? Travestis, violência e sofrimento ético-político. *Revista FSA*, Teresina, v. 18, n. 5, p. 179-196, 2021.

FERREIRA, Breno de Oliveira et al . Vivências de travestis no acesso ao SUS. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1023-1038, 2017.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. *Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda*. 176 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 241-256, 2008.

KULICK, Don; KLEIN, Charles. Escândalo: a política da vergonha em meio às travestis brasileiras. *Anales N.E.*, n. 13, p. 9-45, 2010.

KULLIK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEAL, Nathalia Costa et al. A questão do gênero no contexto escolar. *Leopoldianum*, Santos, v. 43, n. 121, p. 95-104, 2017.

LIMA, Aline Galvão. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. *Educar em Revista* [online], n. 36, p. 281-284, 2010.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. *O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR., Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2014.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 257-267, 2007.

MORAES, Antonia Nathalia Duarte de; SILVA, Geórgia Sibebe Nogueira da. Travestis e o cuidado humanizado em saúde. *Revista de abordagem gestáltica*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 175-187, 2020.

MULLER, Magnor Ido; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'!. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 01-14, 2008.

NATAL-NETO, Flávio de Oliveira; MACEDO, Geovani da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A criminalização das identidades trans na escola: efeitos e resistências no espaço escolar. *Psicologia. Ensino & Formação*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 78-86, 2016.

NERY, João; GASPODINI, Icaro Bonamigo. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: SOUZA, Rolf Malungo de. *Coletânea diversas diversidades*. Niterói: Uff/Cead, 2015.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 217-248, 2005.

PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas [online]*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 522-534, 2006.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007a.

PELÚCIO, Larissa. "Mulheres com Algo Mais" - corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti. *Revista Versões*, v. 03, p. 77-93, 2007b.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*. São Paulo: Annablume, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à Aids. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 76-85, 2011.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti; SIERRA, Jamil Cabral. Uma ficção biológico-conservadora - discursos de ódio contra as dissidências sexuais e de gênero e seus impactos na educação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 39-56, 2020.

PERES, William Siqueira. Cenas de Exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, UNESCO, 2009.

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 261-277, 2011.

PERES, William Siqueira. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. *Revista Estudos Feministas [online]*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 539-547, 2012.

RODRIGUES, Fernanda Bravo. Os impactos da violência institucional/estatal no sofrimento ético-político das transidentidades: uma análise decolonial a partir da reivindicação da categoria de gênero. In: LIMA, Ismael; FURTADO, Andréa; BRAVO, Fernanda. (Org.). *Filosofias, feminismos e diversidade*. Belém: RFB, 2021. (p. 53-68).

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, v.10, n. 1, p. 192-205, 2015.

SALES, Adriana; PROENCA, Herbert; PERES, Wiliam Siqueira. Expressões travestis: da precariedade aos gêneros nômades. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. (Org.). *A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa*. 1ª ed. Vitória: EDUFES, 2016. p. 47-64.

SALES, Adriana; PERES, Wiliam Siqueira. Mulheres travestis: queerizando ressignificações culturais e políticas. In: SALGADO, Raquel Gonçalves; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel; SOUZA, Leonardo Lemos de. (Org.). *Gênero, sexualidade, diversidade e educação*. 1ª ed. Cuiabá - MT: EdUFMT, 2016. p. 41-54.

SALES, Adriana; PERES, Wiliam Siqueira. O que pode (n)um corpo, o que cabe nele - sabemos o que é um corpo travesti? *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 274-292, 2018.

SALES, Adriana; SOUZA, Leonardo Lemos de; PERES, Wiliam Siqueira. Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades. *Fractal: Revista de Psicologia [online]*, v. 29, n. 1, 2017.

SAWAIA, Bader Burihan. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan. (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SILVA, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SILVA, Hélio. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Em busca de atendimento à saúde: itinerários terapêuticos das travestis de Santa Maria-RS. In: GERHARDT, Tatiana Engel. *et al.* (org.). *Itinerários terapêuticos: integralidade no*

cuidado, avaliação e formação em saúde. 1ª Ed. Rio de Janeiro: CEPESC Editora/ IMS- UERJ/ ABRASCO, 2016. p. 289-306.

SOUZA, Martha Helena Teixeira. *et al.* Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, vol.31, n.4, p.767-776, 2015.

TORRES, Daniela Barros; VIEIRA, Luciana Fontes. As Travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência. *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 45-58, 2015.

ZUCCHI, Eliana Miura *et al.* Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* [online], v. 35, n. 3, 2019.

Recebido em setembro de 2021.

Aprovado em dezembro de 2021.